



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 22/2008 -----

-----Aos dezasseis dias do mês de Setembro do ano de dois mil e oito, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dra. Elsa Maria Lopes Correia, Dra. Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Dra. Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Coronel Albano José Ribeiro de Almeida e Dr. José Francisco Tavares Rolo.** - -----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes. -----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

1 – ORDEM DO DIA -----

-----1.1 - REGIME EXTRAORDINÁRIO DE APOIO À REABILITAÇÃO URBANA - APOIOS FISCAIS À REABILITAÇÃO URBANA - ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA - ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal prestou, aos Srs. Vereadores, a seguinte informação sobre o Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana: -----

-----“A Lei do Orçamento de Estado para 2008 – Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro – aprovou o Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana, que regula a concessão de incentivos fiscais às acções de reabilitação de imóveis. -----

-----Os incentivos fiscais aplicáveis neste regime são os seguintes: -----

- Isenção de imposto municipal sobre imóveis em relação a prédios urbanos objecto de acções de reabilitação;
- Isenção de IRC em relação aos rendimentos obtidos por fundos de investimento imobiliário a constituir, cujos activos sejam predominantemente afectos a acções de reabilitação realizadas nas áreas de reabilitação urbana;
- Tributação à taxa especial de 10 % dos rendimentos respeitantes a unidades de participação nos fundos de investimento a que se refere a alínea anterior, em sede de IRS ou em IRC.

-----Estes incentivos fiscais são aplicáveis às acções de reabilitação iniciadas no período de 1 de Janeiro de 2008 a 31 de Dezembro de 2010 e que se encontrem concluídas até 31 de Dezembro de 2012, entendendo-se por acções de reabilitação as intervenções a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de Maio, das quais resulte um estado de conservação do imóvel, pelo menos, dois níveis acima do atribuído antes das obras de reabilitação. -----

-----Além disso, os imóveis têm que preencher, pelo menos, uma das seguintes condições: -----

- Serem prédios urbanos arrendados passíveis de actualização faseada das rendas nos termos dos artigos 27.º e seguintes do Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU), aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro;



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

- Serem prédios urbanos localizados em áreas de reabilitação urbana.

-----A delimitação das áreas de reabilitação urbana é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, obtido o parecer do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. -----

-----Da mesma forma, a concessão de isenção de imposto municipal sobre imóveis nos termos previstos neste regime depende de deliberação da Assembleia Municipal. -----

-----Os prédios urbanos objecto de acções de reabilitação são passíveis de isenção de imposto municipal sobre imóveis por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da mesma reabilitação. A isenção referida pode ser renovada por um período adicional de três anos.”

Considerando o atrás exposto, o Sr. Presidente da Câmara Municipal apresentou as seguintes propostas:-----

-----“1. Proponho que, nos termos do nº 2 do artigo 3º do Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana, seja proposta à Assembleia Municipal a delimitação da “Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Oliveira do Hospital”, obtido que foi o parecer favorável do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana; -----

-----2. Proponho que, nos termos do nº 3 do artigo 5º do mesmo regime, seja proposta à Assembleia Municipal a concessão, pelo período de cinco anos, de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis dos prédios urbanos localizados na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Oliveira do Hospital que sejam objecto de obras de reabilitação no âmbito do Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana. -----

-----3. Proponho que, na revisão actualmente em curso do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas pela Concessão de Prestação de Serviços, a submeter à Assembleia Municipal, seja incluída uma norma autorizadora da concessão de isenção do pagamento das taxas de licenciamento das obras de reabilitação realizadas no âmbito do Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana nos imóveis localizados na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Oliveira do Hospital.”-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as presentes propostas. ----**

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida fez a seguinte declaração, que se transcreve na íntegra: -----

-----“Acho que a ideia é óptima, mas acredito que, caso não se venha a verificar qualquer tipo de apoio por parte do Governo, os proprietários das habitações terão muita dificuldade em efectuar a reabilitação dos seus edifícios, mesmo recorrendo a este novo regime de isenções.” -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo fez a seguinte declaração, que se transcreve na íntegra:--

-----“Acho que a medida é positiva, e obviamente que, havendo condições no Orçamento de Estado para 2008, para levar por diante esta medida, acho que se deve aproveitar e acho que é positivo delimitar-se esta área de reabilitação urbana e criarem-se estes incentivos. Agora, há aqui uma componente muito importante e que já foi referida pelo Vereador Albano Almeida, com toda a razão. Acho que se deveria estudar a possibilidade de criação de um Fundo Municipal de Apoio à Reabilitação Urbana com apoios financeiros, reembolsáveis ou não, isso é algo que tem de ser estudado junto da banca, com taxas de juro negociáveis. E a ser estudado, acho que o modelo a adoptar poderia ser mais ou menos idêntico ao do projecto “*Oliveira Finicia Invista +*”, que se



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

aplica ao investimento empresarial, mas que neste caso seria um investimento para reabilitação urbana. Aplicado esse modelo à reabilitação urbana, acho que era possível.” -----

-----**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----Face às declarações de voto apresentadas pelos senhores vereadores Albano Almeida e José Francisco, o Sr. Presidente não descurou a eventualidade de a Câmara Municipal, se assim for possível, vir a negociar com uma entidade que, para as intervenções enquadradas no âmbito deste processo, possa garantir um crédito com uma taxa de juros mais baixa, necessariamente por força do *spread* a aplicar. Esclareceu ainda que para se criar um projecto desta natureza seria necessário que o Município de Oliveira do Hospital tivesse condições financeiras para o efeito, sublinhando que não seria apenas com 100.000 euros que se constitui um projecto com esta natureza, dando o exemplo de que nalguns casos um único investimento poderia superar largamente este montante, como foi o caso do “*Oliveira Finicia Invista +*”. -----

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha tomando uso da palavra esclareceu que existe um aspecto a ser tido em conta, relacionado com o entendimento que está subjacente no QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, para o apoio a intervenções de reabilitação urbana, traduzindo-se na valorização da integração das intervenções, ou seja de aliar à requalificação do espaço público a reabilitação do restante edificado situado na envolvente, de forma a potenciar o efeito final esperado. Mais salientou que a Câmara Municipal vai apresentar uma candidatura para a requalificação, que está já em curso, do Largo Ribeiro Amaral e artérias adjacentes, sendo que estas medidas podem valorizar, positivamente, a candidatura, porque não é líquido que, apesar de a mesma ter por base a requalificação do Largo Ribeiro do Amaral, enquanto núcleo central da cidade de Oliveira do Hospital, venha a ser aprovada. Por outro lado, pode ser estudada a possibilidade de a essa candidatura, estar associada uma linha de apoio a privados para co-financiamento, a fundo perdido ou reembolsável, das obras de reabilitação/reconstrução que pretendam levar a efeito nos imóveis sitos na área delimitada. Parece-me que é de todo importante, em primeiro lugar, aprovar esta área de reabilitação urbana, sendo que, posteriormente, com a aprovação da isenção temporária do pagamento de Imposto Municipal sobre Imóveis e das taxas inerentes ao licenciamento das obras, a autarquia está a dar um estímulo muito importante.” -----

-----**1.2 - ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO CENTRO DE PORTUGAL - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----Ao abrigo do disposto no artigo 7º do Decreto-Lei nº 67/2008, de 10 de Abril, foi presente pelo Sr. Presidente o convite para participação do município de Oliveira do Hospital na nova Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal, remetido pela Comissão Instaladora daquela entidade, via *e-mail*, em 12 de Setembro do ano em curso. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte: -----

-----“Esta é uma questão sobre a qual eu tenho todo o direito de discordar, pelo facto de nada ter sido feito para integrarmos um Pólo de Desenvolvimento Turístico.” -----

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha lembrou que quem elaborou a Lei em causa foi o Governo do Partido Socialista. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo lembrou também que, pelo que sabe, nunca houve vontade do Município de Oliveira do Hospital em se manter na Região de Turismo da Serra da Estrela, salientando que “Oliveira do Hospital fazia parte integrante da Região de Turismo da Serra da Estrela, deixou de fazer parte da Região de Turismo da Serra da Estrela, ficou diluída na



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal, que é uma solução que não me agrada a mim no ponto de vista político. O Sr. Presidente da Câmara sempre foi um adepto da Região de Turismo do Centro, e eu nunca fui adepto dessa solução”. -----

-----O Sr. Presidente declarou que não tinha sido ele a produzir a Lei, ao que o Sr. Vereador José Francisco Rolo lembrou que o Sr. Presidente da Câmara também nunca fez nada para negociar a manutenção de Oliveira do Hospital no Pólo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela, sublinhando que noutras situações, por exemplo no caso do Tribunal, foram enviados ofícios para o Sr. Secretário da Justiça, e que nunca se havia dirigido à tutela sobre este tema, para aferir da possibilidade da manutenção de Oliveira do Hospital no Pólo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela. -----

-----O Sr. Presidente referiu que “toda a gente sabe que esta Lei, na sua versão inicial, não previa a existência nem do Pólo Turístico da Serra da Estrela, nem de qualquer outro, considerando a criação destas entidades uma “invenção” de última hora para justificar a existência de determinados lugares, recordando que foram até públicas as divergências entre responsáveis deste país sobre a alteração produzida e as motivações da mesma”, salientando que “sempre pensei que este modelo fosse efectivamente para economia de recursos mas, pela análise à primeira vista, o modelo que é proposto, provavelmente, vai determinar que haja necessidade de mais recursos humanos nestes serviços”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o seguinte: -----“Desta forma o Sr. Presidente levanta aqui uma questão que tem a ver com o Posto de Turismo de Oliveira do Hospital. De acordo com o anterior modelo pertencia à Região da Serra da Estrela, assim como a funcionária que lá se encontra é funcionária da Região da Serra da Estrela. Diz esta Lei que *“essas estruturas e os funcionários passam automaticamente para as entidades regionais e para os Pólos de Desenvolvimento Turístico, no caso de assim ser”*. Agora aqui como é que é? Nós pertencíamos à Região de Turismo da Serra da Estrela, não integramos o Pólo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela, mudamos de entidade, o que é que acontece a Oliveira do Hospital?” -----

-----O Sr. Presidente informou que pela análise efectuada, neste caso, a actual funcionária do Posto de Turismo de Oliveira do Hospital, irá regressar à sua entidade patronal, a RTSE na nova designação. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “sendo assim, vai criar um lugar. Ou seja, o tal lugar que estava a criticar há pouco, vai criá-lo?” -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que o referido lugar pode ou não vir a ser criado, lembrando que no quadro do Município de Oliveira do Hospital já existe um funcionário da área de turismo, que no seu entender deve, efectivamente, ocupar o seu lugar e exercer funções a esse nível.” -----

-----Após os esclarecimentos prestados, o Sr. Presidente solicitou aos Senhores Vereadores, que se pronunciassem sobre o assunto em análise. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Paulo Rocha, Maria de Fátima Antunes e Elsa Correia e as abstenções dos Srs. Vereadores Maria José Freixinho, Albano Almeida e José Francisco Rolo, conforme declarações de voto apresentadas, aprovar a participação do município de Oliveira do Hospital na nova Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 67/2008, de 10 de Abril, conforme Estatutos da referida entidade, aprovados pela Portaria nº 1037/2008, de 15 de Setembro.**-----

-----**Mais foi deliberado, por unanimidade, no uso da competência prevista na alínea a) do nº. 6 do artigo 64º da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção conferida pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com o preceituado na alínea m) do nº. 2 do**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

artigo 53º do mesmo diploma legal, solicitar a autorização da Assembleia Municipal, para a participação do município de Oliveira do Hospital na nova Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal.-----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO DA SRA. VEREADOR MARIA JOSÉ FREIXINHO**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho fez a seguinte declaração, que se transcreve na íntegra:-----

-----“O meu sentido de voto é uma mostra de desagrado em relação, não à adesão que agora se discute, mas em relação à integração definida pela Administração Central de retirar o concelho de Oliveira do Hospital do mapa de concelhos adstritos à Serra da Estrela. Penso que a nossa identidade é definitivamente com a Serra da Estrela, na realidade, o clima, o relevo, o património paisagístico e a produção endógena caracterizam Oliveira do Hospital, necessariamente, como um concelho serrano. Portanto, é meu entendimento que deveríamos integrar o Pólo da Serra da Estrela na unidade territorial composta pelos concelhos de Seia, Gouveia e Fornos de Algodres. Acresce que, o concelho de Oliveira do Hospital entre os demais concelhos da “Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal” irá diluir-se numa realidade diversa, litoralizada, onde a sua essência e sua identidade passarão, infelizmente, despercebidas. Lamentar ainda a falta de debate prévio neste fórum em relação à integração do concelho de Oliveira do Hospital, pois deveria ter esta Câmara Municipal tomado posição atempada em relação a essa questão, que tivesse informado ou esclarecido, no momento próprio, o Governo ainda em fase de definição do mapa.”-----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida fez a seguinte declaração que se transcreve na íntegra:-----

-----“Votei pela abstenção, porque entendo que a nossa identidade é com a Serra da Estrela e não com o Turismo do Centro. Daí que nos chamamos “Beira Serra”, portanto a nossa identidade é efectivamente com a Serra da Estrela.”-----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo fez a seguinte declaração que se transcreve na íntegra: --

-----“É obvio que também me revejo na declaração apresentada pela Sra. Vereadora Maria José Freixinho. Eu também não estou nada convencido de que seja uma boa solução para Oliveira do Hospital integrar a Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal, nada convencido. Acho que do ponto de vista estratégico é um erro. E tenho pena, porque em sede de executivo ou até na própria Assembleia Municipal, deveria ter havido debate sobre este tema, e infelizmente não houve. E isso não foi culpa da oposição. Devia ter havido debate na Assembleia Municipal, e até um debate público sobre isto, porque saímos da referência da Serra da Estrela a troco de quê? Da diluição no Centro, num centro que é muito vago e litoralizado. O Sr. Presidente da Câmara poderá escudar-se e escusar-se pela Lei, pela proposta do Governo, mas a gente sabe perfeitamente que o Sr. Presidente da Câmara nunca foi adepto da permanência de Oliveira do Hospital na Região de Turismo da Serra da Estrela, teve sempre uma visão muito critica em relação à RTSE. Mas hoje, a Serra da Estrela, no âmbito desta Lei, tem um Pólo de Desenvolvimento Turístico que Oliveira do Hospital não integra, e também muitas vezes fez tantos ofícios para tanta entidade e nunca se fez nenhum para a tutela, para encetar negociações ou diálogo no sentido de que Oliveira do Hospital permanecesse no Pólo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

de Desenvolvimento da Serra da Estrela como permaneceram outros municípios que estavam na Região de Turismo da Serra da Estrela. No meu entender é que nunca se tentou fazer esse diálogo porque o Sr. Presidente da Câmara não é adepto da Serra da Estrela, e isso é lamentável porque a Serra da Estrela, no âmbito do Plano Estratégico Nacional de Turismo é um dos Pólos Turísticos, a partir do qual irradiará turismo a sério e investimento no turismo a sério. É uma marca fortíssima na qual Oliveira do Hospital e os oliveirenses se revêem. Agora, vamos para o Centro e vamos para o Centro nesta base, partimos de uma situação sem debate, e chegamos a um ponto de política de facto consumado, ou vamos para aqui ou não vamos para lado nenhum. Ora, eu nisso não me revejo, devia ter havido debate, e devia ter havido negociação com quem de direito, neste caso com o Governo. Porque a solução para Oliveira do Hospital, no ponto de vista da marca turística, é sem dúvida a Serra da Estrela.” -----

-----**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----O Sr. Presidente começou por referir que “gostaria de não se pronunciar sobre esta matéria, mas face a estas declarações não podia ficar calado. Primeiro por não concordar com a tese de que nunca o assunto foi debatido, quando a abordagem a esta temática foi feita em várias reuniões de executivo e as acusações, diga-se, políticas, que o Sr. Vereador José Francisco Rolo aqui faz hoje já as fez anteriormente, e sempre foi referido por mim que não era eu que estava a produzir a lei. Aliás, a lei, na sua versão inicial, também previa a integração dos outros concelhos que hoje constituem o Pólo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela na Área Regional de Turismo do Centro. A figura do Pólo Turístico foi criada à posteriori, pelo Governo, para “tapar alguns buracos” políticos que criou no país. Depois, dizer que esta Entidade Regional de Turismo do Centro está demasiado litoralizada, então mas o que é Góis ou a Sertã, o que é Pedrógão Grande ou Figueiró dos Vinhos, é litoral? E o Dão-Lafões é litoral? Então mas do que é que estamos a falar? Analisando o contexto dos concelhos que integram a nova área regional, não sei se há mais concelhos do litoral se há mais do interior, mas parece-me que há mais do interior que do litoral. A meu ver a questão relevante é o desenvolvimento integrado das políticas e, numa política seja ela de turismo ou de outra área qualquer, que seja uma política integrada, não pode ser de “quintas nem de quintais”, não pode haver sectorização, e portanto, esta reestruturação que foi feita, foi equacionada com o sentido objectivo de criar uma melhor articulação entre as políticas ao nível do turismo e, naturalmente potenciar o país em termos turísticos, o país no seu todo, e não a região A ou B. Depois dizer que, nomeadamente a Região de Turismo da Serra da Estrela, nos últimos anos nada fez pelo turismo, em particular no concelho de Oliveira do Hospital, porque nem sequer condições financeiras tinha para o fazer. E isso foi dito aqui várias vezes por mim, assim como disse também ao Sr. Presidente da então Região de Turismo da Serra da Estrela, de que, efectivamente, com aquele tipo de políticas era impossível potenciar o turismo na região. Não havendo recursos para promoção, divulgação e informação, não pode haver turismo. E por conseguinte, o que aconteceu nos últimos anos ao nível da Serra da Estrela é que, objectivamente, tal não existiu. Aquilo que eu espero é que este tipo de comportamento possa ser alterado e potenciado, que é isso que se espera. Nós não perdemos a nossa localização geográfica. Não vejo qualquer prejuízo para o concelho Oliveira do Hospital na integração desta nova entidade. Não vejo em que é que Oliveira do Hospital ou os seus promotores turísticos possam ser prejudicados.” -----

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o seguinte: -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

-----“Quando foi do PIT – Programa de Intervenção do Turismo, o Sr. Presidente mandou uma carta para o Sr. Secretário de Estado do Turismo, a perguntar porque razão é tínhamos sido excluídos do PITE. Agora pergunto eu, porque é que com a mesma diligência e sentido de responsabilidade com que se dirige uma carta para a ARS, perguntando por um tema que nos preocupa a todos por igual, da mesma forma que se envia uma carta para o Sr. Secretário de Estado da Justiça, sobre o Tribunal de Oliveira do Hospital, da mesma forma que se envia uma carta para a CCDRC, a perguntar porque é que a candidatura de determinado projecto foi indeferido, porque é que não se enviou uma carta para a Presidência do Conselho de Ministros, para o Ministério da Economia e para a Secretaria de Estado do Turismo, a perguntar sobre este tema, Pólo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela, e a pedir uma audiência? Porque é que o senhor, tal como ia a muitas reuniões de trabalho de diversas entidades, não ia às reuniões da Região de Turismo da Serra da Estrela, delegando na Sra. Vereadora Elsa Correia essa presença, como representante do Município de Oliveira do Hospital?” -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que foi sempre às reuniões da Comissão Regional da Região de Turismo da Serra da Estrela, até ao momento em que verificou que de nada servia deslocar-se às mesmas, e estar a pronunciar-se sobre os erros continuamente cometidos, nomeadamente ao nível do que deveria ser a política de turismo da região, e chegar à conclusão que tanto fazia falar como não, que tudo continuava na mesma. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco mais referiu que, ainda hoje, ao fim de sete anos como membro do executivo, não percebeu qual é que é a política de turismo da Câmara Municipal, assim como ainda não percebeu qual é que é a estratégia do Sr. Presidente em relação ao turismo do concelho, embora já o tenha ouvido em diversos debates a evocar esta matéria. Referiu ainda que “eu acho que não tem estratégia nem prioridades para o concelho, ao nível do turismo”. -----

-----O Sr. Presidente dirigindo-se ao Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o seguinte: ---

-----“O que é que o meu amigo, enquanto membro do executivo e vereador da oposição, fazendo parte da mesma família política que a do Governo, fez no sentido de inverter esta dita situação? Eu devolvo-lhe a pergunta, o que é que o senhor fez, enquanto responsável político, para inverter esta situação?” -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “nos órgãos próprios, e quando se debatem estas coisas, eu sou um defensor de que Oliveira do Hospital deveria ficar no Pólo Turístico da Serra da Estrela. Agora, é assim, o Sr. é que é Presidente da Câmara, não sou eu!” -----

-----O Sr. Presidente referiu o seguinte: “e eu assumo as minhas responsabilidades enquanto Presidente da Câmara, por isso é que fiz uma declaração de voto em que digo claramente e concretamente que “Oliveira do Hospital não perde absolutamente nada com esta mudança”, antes pelo contrário, acho que vai ganhar, é a minha convicção. Agora em relação à sua pessoa concluo que pelo que acabou de afirmar não tem peso político.” -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo prosseguiu referindo que “você pergunta-me assim, és a favor da reorganização do Sector Turístico em Portugal? Sou a favor da reorganização. Nós tínhamos um sistema de planeamento e promoção turística no país que estava completamente pulverizado em Regiões de Turismo, pequenas Regiões de Turismo e Micro-juntas de Turismo, completamente pulverizado. Havia que reorganizar o sector e dar-lhe escala, planeando grandes intervenções. O ideal seria cinco Regiões de Turismo em todo o país. E cinco regiões de Turismo que não precisavam de existir enquanto entidades à parte, um trabalho que poderia ser desenvolvido a partir da CCDRC. Acontece que, perante o cenário de criação de cinco grandes áreas regionais de turismo, correspondentes às Comissões de Coordenação Regional, pelo meio imergiram pólos de desenvolvimento turístico para atender às especificidades territoriais e para valorizar uma ou outra marca, tais como a Marca Douro e a Marca Alentejo, que hoje são consideradas marcas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

internacionais. Acontece que a Serra da Estrela é uma marca turística também forte, em crescimento. O PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo, que é anterior a esta Lei, já identificava a Serra da Estrela como um Pólo de interesse turístico.”-----

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha referiu que “há muito tempo que está provado, e esse é um aspecto do conhecimento objectivo de todos os membros deste executivo, que a participação do Município de Oliveira do Hospital na entidade administrativa responsável pelo turismo em que nos encontrávamos inseridos, porque é disso que se trata, não trouxe valor acrescentado ao desenvolvimento turístico do concelho, e se a Serra da Estrela de facto se vier a constituir como uma marca mais forte, Oliveira do Hospital também irá beneficiar, indirectamente, com essa afirmação, porque parte do incremento desse fluxo turístico também vai ter de passar pelo nosso concelho”. Podemos é vir a ganhar algo com a inclusão numa entidade com outra dinâmica e a que trazemos alguns produtos diferenciadores como o Queijo Serra da Estrela e a localização próxima ao maciço central”.-----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta.-----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- **CONCLUSÃO DA ACTA** -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas treze horas, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi.-----

-----**Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 16 de Setembro de 2008**-----

Presidente _____

Vereadores _____



REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DE 16
DE SETEMBRO DE 2008

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL
